



Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025

## **Políticas públicas de valorização do Policial Militar no estado do Amazonas**

*Public Policies for the Appreciation of Military Police Officers in the State of Amazonas*

**Shelley Mousse de Souza** – Academia de Polícia Militar do Amazonas / Universidade do Estado do Amazonas, [shelleymousse@gmail.com](mailto:shelleymousse@gmail.com)

**Henrique da Silva Braga** - Academia de Polícia Militar do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas (APM/UEA), [braga.henriq@gmail.com](mailto:braga.henriq@gmail.com)

**Hermínia da Silva Marques do Amaral** - Academia de Polícia Militar do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas (APM/UEA) [herminiamarques63@gmail.com](mailto:herminiamarques63@gmail.com)

**Adriana Sales Gomes** – Orientadora - Academia de Polícia Militar do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas (APM/UEA), [pm.adrianasales@gmail.com](mailto:pm.adrianasales@gmail.com)

**Denison Melo de Aguiar** – Coorientador - Academia de Polícia Militar do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas (APM/UEA), [denisonaguiarx@gmail.com](mailto:denisonaguiarx@gmail.com)

### **Resumo**

O presente estudo intitulado “Políticas Públicas de Valorização do Policial Militar no Estado do Amazonas” analisa as ações estatais voltadas ao reconhecimento, apoio e melhoria das condições de trabalho dos policiais militares, considerando os desafios peculiares da região amazônica. O artigo em tela parte da compreensão de políticas públicas como um conjunto de diretrizes e ações governamentais destinadas ao enfrentamento de problemas sociais, envolvendo formulação, implementação e avaliação. No Amazonas, a valorização desses profissionais é essencial diante da vastidão territorial, das áreas de difícil acesso, das fronteiras permeáveis e do elevado nível de risco enfrentado no cotidiano policial. O estudo identifica fatores que influenciam a desvalorização, como heranças históricas de caráter repressivo, precariedade estrutural, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, limitações na saúde mental, estigmatização social e fragilidade institucional. Também examina os impactos de políticas de capacitação contínua, planos de carreira, melhoria salarial, suporte psicológico, modernização tecnológica, infraestrutura adequada e reconhecimento social. A hipótese central sustenta que a capacitação permanente e a valorização profissional contribuem significativamente para o aumento da eficiência operacional, para a redução da criminalidade e para a melhoria do bem-estar dos policiais. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, permitindo a análise crítica de referenciais teóricos, legislações, estudos acadêmicos e documentos institucionais. O estudo busca, por fim, propor melhorias que fortaleçam a atuação policial e promovam uma segurança pública mais eficiente, humana e sustentável no estado do Amazonas.

**Palavras-chave:** Segurança pública. Políticas públicas. Valorização profissional. Polícia Militar. Amazonas.

### **Abstract**

This article analyzes public policies aimed at valuing military police officers in the state of Amazonas, focusing on working conditions, physical and mental well-being, and the operational efficiency of these professionals. The discussion is situated within the field of public security policies, understood as a set of state guidelines and actions designed to address collective problems and formulated within specific historical, political, and economic contexts. First, it examines the trajectory of public policies in Brazil and their interface with public security, highlighting the central role of military police officers in maintaining order and protecting society, especially in a region marked by vast territory, difficult access areas, and porous borders, such as Amazonas. Then, it identifies factors that contribute to the devaluation of police officers, such as poor infrastructure, low wages, work overload, authoritarian legacies, social stigmatization, psychological illness, and political use of police forces. On the other hand, it discusses professional appreciation measures, including career plans, salary

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

improvements, continuous training, technological modernization, psychosocial support, humanization of working hours, and institutional and social recognition. The research is bibliographic and documentary in nature, based on books, scientific articles, legislation, and institutional documents. It is based on the hypothesis that continuous training and professional appreciation contribute to increased operational efficiency, reduced crime rates, and improved quality of life for police officers, directly impacting the quality of public security in the state of Amazonas.

**Keywords:** Public security. Public policies. Professional appreciation. Military Police. Amazonas.

## 1. Introdução

As políticas públicas configuram-se como instrumentos essenciais para o enfrentamento de problemas sociais e para a promoção do bem-estar coletivo, estruturando-se por meio de processos contínuos de formulação, implementação e avaliação. No campo da segurança pública, tais políticas assumem relevância ainda maior, pois influenciam diretamente a capacidade do Estado de proteger a população e assegurar a ordem social. A valorização do policial militar insere-se nesse contexto como elemento fundamental para o fortalecimento das instituições de segurança, uma vez que envolve o reconhecimento profissional, o aprimoramento das condições de trabalho e o investimento na formação continuada desses agentes.

A atuação do policial militar é marcada pela exposição frequente a situações de risco, pressão psicológica, violência e desgaste físico, fatores que impactam a saúde mental, a motivação e o desempenho operacional. Em regiões que apresentam desafios geográficos e socioeconômicos particulares, como o Estado do Amazonas, tais dificuldades se ampliam. A extensa malha territorial, as áreas de difícil acesso, a presença de fronteiras internacionais e a diversidade sociocultural demandam uma atuação técnica especializada, bem como políticas públicas capazes de garantir suporte adequado ao efetivo.

Nesse cenário, a valorização do policial militar transcende aspectos remuneratórios, englobando ações voltadas para a capacitação profissional, modernização tecnológica, oferta de suporte psicossocial, melhoria da infraestrutura e fortalecimento do vínculo entre polícia e sociedade. Estudos apontam que a satisfação no trabalho, aliada a condições adequadas de atuação, está diretamente relacionada ao comprometimento ético, à eficiência operacional e à redução de práticas ilícitas, reforçando a necessidade de políticas integradas de valorização.

Assim, este artigo busca analisar as políticas públicas voltadas à valorização do policial militar no Estado do Amazonas, considerando desafios, avanços e lacunas existentes, bem como seus impactos sobre a eficiência institucional e sobre o bem-estar dos profissionais de segurança pública.

## 2. Marco Teórico / Resultados

### 2.1 Aspectos Gerais das Políticas Públicas e sua Relação com a Valorização do Policial Militar

A história das políticas públicas no Brasil está profundamente conectada com a formação social, política e econômica do país, refletindo transformações ocorridas desde o período colonial até

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

os dias atuais. Ao longo dos séculos, essas políticas sempre estiveram sujeitas às influências de interesses econômicos dominantes e às pressões sociais que variavam de acordo com o contexto histórico. Dessa forma, para entender a trajetória e a evolução das políticas públicas brasileiras, é necessário observar os principais momentos históricos que influenciaram a formulação e implementação dessas políticas (SECCHI, 2017).

Durante o período colonial, por exemplo, a relação entre Estado e sociedade foi caracterizada pela centralização do poder nas mãos da metrópole portuguesa, o que resultou em uma ausência significativa de políticas públicas que atendessem às necessidades da população local. As intervenções do Estado tinham um caráter extrativista, priorizando a exploração de recursos naturais com o objetivo de beneficiar a Coroa Portuguesa, sem qualquer preocupação com o bem-estar da população brasileira. Nesse período, o foco do Estado era a manutenção do sistema escravocrata e da economia agrícola voltada para o mercado externo, sem iniciativas que pudessem ser consideradas políticas públicas de caráter social (DIAS; MATOS, 2015).

Com a Independência do Brasil em 1822, iniciou-se uma nova fase na história das políticas públicas do país. Contudo, as transformações sociais e econômicas trazidas pela independência foram limitadas. A estrutura social, herdada do período colonial, permaneceu praticamente inalterada, e as primeiras políticas públicas voltadas para áreas como educação e saúde foram escassas e limitadas a pequenos grupos elitistas, sem atingir a maior parte da população. Nesse período, o Estado brasileiro continuou a preservar os interesses das oligarquias agrárias e a perpetuar as desigualdades sociais.

Somente em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, começaram a surgir políticas públicas mais abrangentes e de caráter social, principalmente como parte do processo de industrialização e urbanização do país. O surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é um marco desse período, evidenciando o início de uma intervenção mais efetiva do Estado nas questões sociais e trabalhistas (SECCHI, 2017).

A Era Vargas (1930-1945) representou, sem dúvida, um ponto de inflexão na história das políticas públicas no Brasil. A criação de instituições como o Ministério do Trabalho e a implementação da CLT marcaram uma maior intervenção do Estado na economia e na regulamentação dos direitos sociais. As políticas públicas passaram a contemplar, pela primeira vez, os trabalhadores urbanos, garantindo direitos como salário-mínimo, regulamentação da jornada de trabalho e criação do sistema de previdência social. No entanto, é importante destacar que essas políticas eram centralizadas e paternalistas, com o intuito de manter o controle social e garantir a ordem. A preocupação com a universalização dos direitos sociais ainda era incipiente, e muitos setores da sociedade permaneceram à margem dessas conquistas (SILVA, 2007).

Com o golpe militar de 1964, o Brasil entrou em uma nova fase das políticas públicas, caracterizada por uma centralização ainda maior do poder e por um modelo desenvolvimentista.

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

Durante o regime militar, foram implementadas políticas de modernização da infraestrutura, como a construção de rodovias, hidrelétricas e políticas de incentivo à industrialização.

Entretanto, essas políticas favoreciam, sobretudo, o capital estrangeiro e os grandes grupos econômicos nacionais, o que contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais. As políticas públicas de caráter social eram limitadas e tinham, em muitos casos, um caráter assistencialista, voltadas ao controle social da população, sem uma preocupação mais ampla com a inclusão social (DIAS; MATOS, 2015).

Com a redemocratização em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passou por uma profunda transformação no campo das políticas públicas. A nova Carta Magna trouxe avanços significativos ao garantir direitos sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social, consagrando o Estado de Bem-Estar Social brasileiro. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a universalização do acesso à educação básica são exemplos de conquistas dessa época.

A Constituição de 1988 também consagrou o princípio da descentralização das políticas públicas, transferindo para estados e municípios a responsabilidade pela implementação de diversas políticas. Esse processo de descentralização representou um marco importante na história do Brasil, ampliando a participação local na execução dessas políticas (SOUZA, 2006).

Na década de 2000, o Brasil experimentou uma expansão significativa das políticas sociais, com destaque para programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Esse programa tornou-se uma referência internacional no combate à pobreza e teve um impacto direto na redução das desigualdades sociais no país. Contudo, a crise econômica e política que se agravou a partir de 2014 trouxe novos desafios para a continuidade dessas políticas públicas. A redução dos investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social, resultou em cortes orçamentários que ameaçaram os avanços obtidos nas últimas décadas (DIAS; MATOS, 2015).

O cenário atual das políticas públicas no Brasil é marcado por avanços e retrocessos, que refletem diretamente o contexto político, econômico e social de cada período histórico. Desde o início, essas políticas foram moldadas pelos interesses das elites dominantes, com uma tentativa recente de ampliar a inclusão social e garantir direitos básicos à população. No entanto, o desafio atual reside em garantir a sustentabilidade dessas políticas, sobretudo diante das crises econômicas e das pressões por reformas que ameaçam comprometer as conquistas obtidas nas últimas décadas (SECCHI, 2017).

A segurança pública, por sua vez, é um dos pilares fundamentais para o bem-estar de uma sociedade. Sua gestão eficaz depende de políticas públicas que visem à proteção dos cidadãos e à redução da criminalidade. No Brasil, a questão da segurança pública tem sido uma constante preocupação, especialmente devido aos altos índices de violência observados nas últimas décadas. Nesse contexto, é crucial entender a evolução dessas políticas e os principais desafios para sua

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**  
implementação (CAIADO & LAPLANE, 2009).

Desde o final do século XX, a segurança pública no Brasil passou por transformações significativas. As primeiras políticas de segurança focavam, principalmente, no aumento do efetivo policial e no fortalecimento do aparato repressivo do Estado. Contudo, essas estratégias, muitas vezes centradas na militarização das forças policiais, mostraram-se insuficientes para lidar com a complexidade da criminalidade contemporânea, que envolve desde pequenos delitos até crimes organizados em larga escala. A partir dos anos 2000, emergiu uma nova abordagem, mais preventiva, baseada na integração de diferentes setores da sociedade e no fortalecimento das ações comunitárias de segurança (DIAS; MATOS, 2015).

As políticas públicas de segurança no Brasil podem ser classificadas em dois grandes grupos: as de prevenção e as de repressão. As políticas preventivas buscam atuar antes que o crime ocorra, abordando fatores sociais que contribuem para a criminalidade, como pobreza, falta de oportunidades de emprego e educação deficiente. As políticas repressivas, por outro lado, envolvem o combate direto ao crime, por meio do fortalecimento das forças de segurança e do sistema judiciário. Em ambos os casos, observa-se a necessidade de uma ação coordenada entre governos municipais, estaduais e federais, bem como o envolvimento de outras instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário (SECCHI, 2017).

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a implementação de políticas públicas de segurança pública enfrenta desafios recorrentes. A falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo, a corrupção dentro das forças policiais, a insuficiência de recursos financeiros e a dificuldade em integrar dados e informações que permitam uma atuação mais eficiente são problemas contínuos. Além disso, políticas repressivas, como o aumento do policiamento ostensivo, frequentemente são criticadas por promoverem a violência policial e por não atacarem as causas estruturais do crime (ANDRADE, 2017).

Nos últimos anos, a tecnologia tem desempenhado um papel cada vez mais importante na segurança pública. Ferramentas como câmeras de vigilância, softwares de reconhecimento facial e o uso de big data têm sido utilizadas para monitorar e prevenir crimes (ARAÚJO; ZULLO; TORRES, 2020). Além disso, a digitalização de processos e a criação de bancos de dados integrados entre diferentes órgãos da segurança pública têm melhorado a eficiência operacional e facilitado a resolução de crimes. No entanto, o uso dessas inovações também levanta preocupações sobre privacidade e ética, exigindo regulamentações que garantam o uso adequado dessas tecnologias.

A valorização dos profissionais de segurança pública, especialmente dos policiais militares, tem se tornado um tema central no debate sobre políticas públicas. Essas políticas buscam reconhecer a importância desses profissionais, garantindo-lhes melhores condições de trabalho, saúde mental e física, além de uma remuneração justa. A relevância dessas políticas se acentua em contextos em que



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

o policial militar está constantemente exposto a altos riscos de violência e pressão psicológica, o que torna imperativo que o Estado ofereça suporte adequado (SILVA; BUENO, 2022).

Um dos principais pilares das políticas públicas voltadas para a valorização do policial militar é a capacitação contínua. A necessidade de aprimoramento constante, especialmente em uma sociedade em rápida transformação, é crucial para garantir a atuação eficiente e segura desses profissionais. Diversos estados brasileiros têm implementado programas de treinamento e reciclagem, com o objetivo de promover uma cultura de educação continuada que inclua, além das táticas operacionais, a formação em direitos humanos e a gestão de conflitos. Nesse contexto, a valorização profissional está diretamente ligada ao desenvolvimento de competências que garantam não apenas a segurança pública, mas também a integridade dos próprios policiais (CAIADO; LAPLANE, 2009).

Outro aspecto fundamental dessas políticas públicas é a atenção à saúde mental dos policiais militares. A profissão policial está entre aquelas com maiores índices de transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Para mitigar esses problemas, alguns governos têm implementado programas de assistência psicológica, que incluem atendimento especializado e ações preventivas. No entanto, a abrangência dessas políticas ainda é limitada em muitos estados, o que aponta para a necessidade de maior investimento e execução de programas de saúde mental que contemplem todo o efetivo (CARVALHO; PORTO; SOUSA, 2020).

Além das questões relacionadas à capacitação e à saúde mental, a valorização dos policiais militares também depende de melhorias nas condições de trabalho e remuneração. Embora esses profissionais desempenhem um papel fundamental na manutenção da ordem pública, muitos enfrentam jornadas de trabalho extenuantes, falta de equipamentos adequados e remuneração insuficiente, o que afeta diretamente sua motivação e desempenho no trabalho. Programas governamentais que buscam corrigir essas deficiências incluem reajustes salariais, incentivos por desempenho e a renovação de frotas e equipamentos, mas a efetividade dessas iniciativas varia de acordo com o estado (SILVA, 2007).

Além das políticas salariais e de formação, o reconhecimento social e institucional também desempenha um papel importante na valorização do policial militar. Iniciativas como prêmios por desempenho, condecorações e homenagens públicas são formas simbólicas, mas de grande impacto, no reconhecimento do valor do trabalho desses profissionais. Além disso, políticas que incentivem a aproximação entre a polícia e a comunidade também contribuem para melhorar a percepção social do policial militar como um agente protetor, ao invés de uma figura apenas repressiva (SANTOS; NUNES; LIMA; MADURO; ARAÚJO; SILVA; TEIXEIRA; CUNHA; SIMONETTI; BITTENCOURT, 2023).

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

## **2.2 Fatores que Influenciam a Desvalorização Do Policial Militar**

O policial militar tem um papel indispensável na sociedade, sendo um dos principais responsáveis pela manutenção da ordem pública e pela garantia da segurança da população. Contudo, nas últimas décadas, observou-se uma crescente desvalorização desse profissional, decorrente de diversos fatores estruturais, econômicos, históricos e socioculturais que permeiam tanto a percepção pública quanto a experiência interna desses agentes. Esse fenômeno é complexo e multidimensional, afetando não apenas a imagem da instituição policial, mas também a autoestima, a motivação e o desempenho dos próprios policiais militares no cumprimento de suas funções (CARVALHO, PORTO; SOUSA, 2020).

A desvalorização do policial militar no Brasil está profundamente enraizada em aspectos históricos e culturais. A formação das forças policiais no país remonta ao período colonial, quando as instituições de segurança pública eram amplamente utilizadas como ferramentas de repressão e controle social. Durante a ditadura militar (1964-1985), esse caráter repressivo foi amplificado, gerando uma associação entre a polícia militar e práticas autoritárias, opressivas e distantes da cidadania. Embora o país tenha passado por mudanças significativas nas últimas décadas, essa herança histórica ainda reflete na maneira como a sociedade brasileira enxerga a polícia militar, muitas vezes vinculando-a a práticas de violência e violação de direitos humanos, o que obscurece os avanços institucionais e as tentativas de modernização das práticas de segurança pública (DIAS; MATOS, 2015).

Além do contexto histórico, as condições de trabalho enfrentadas pelos policiais militares são outro fator preponderante na sua desvalorização. O cenário em que muitos policiais militares atuam é marcado pela precariedade, tanto em termos de infraestrutura quanto de remuneração. A baixa remuneração, desproporcional ao nível de risco e responsabilidade que esses profissionais enfrentam diariamente, é uma das principais causas de desmotivação e insatisfação na carreira.

Além disso, a falta de infraestrutura adequada — que inclui desde viaturas sucateadas até equipamentos obsoletos — prejudica o desempenho das atividades policiais e contribui para a percepção de abandono por parte do Estado. Policiais que trabalham em delegacias e bases operacionais sem o mínimo de estrutura sentem-se desvalorizados, o que reforça a sensação de impotência frente às suas responsabilidades cotidianas (ANDRADE, 2017).

O estresse constante também figura como um dos maiores desafios para os policiais militares, cujas jornadas exaustivas e a exposição diária à violência agravam ainda mais a situação. Esses fatores, combinados, criam um ambiente de trabalho que prejudica a saúde mental e física dos profissionais.

A falta de suporte psicológico adequado, somada à inexistência de políticas públicas efetivas para atender às necessidades emocionais dos policiais, resultam em altos índices de afastamento por

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

problemas de saúde mental, como a síndrome de burnout e transtornos de estresse pós-traumático. Essa situação é agravada pela falta de uma abordagem institucional mais humanizada e pela ausência de políticas de prevenção e acompanhamento psicológico para os agentes de segurança, o que leva muitos policiais a se sentirem desamparados tanto pelo Estado quanto pela sociedade (SILVA; ALVES, 2014).

A percepção negativa da sociedade sobre os policiais militares também é fortemente influenciada pela cobertura midiática. A mídia, ao dar ênfase a casos de violência e abuso de poder, muitas vezes ignora o cotidiano de trabalho dos policiais que atuam de forma legal e dentro dos parâmetros estabelecidos. Tal cobertura acaba por reforçar estereótipos e estigmas que associam a polícia militar à violência e à opressão, desconsiderando o contexto adverso e os desafios diários enfrentados por esses profissionais.

Ademais disso, a falta de uma comunicação institucional mais eficaz por parte das corporações policiais agrava essa situação, dificultando a construção de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade. A ausência de campanhas públicas que valorizem o papel do policial militar e que expliquem os desafios e riscos enfrentados por esses profissionais contribui para a manutenção dessa imagem negativa (JUNIOR, 2024).

Outro ponto crucial na desvalorização do policial militar é a falta de reconhecimento político e institucional. Governos sucessivos têm falhado em implementar políticas públicas que priorizem a melhoria das condições de trabalho, a remuneração justa e os mecanismos de valorização da carreira policial. A desvalorização também ocorre no âmbito político, onde as forças de segurança são frequentemente utilizadas como instrumentos políticos, prejudicando sua autonomia e legitimidade. Esse uso político das corporações policiais agrava a crise de identidade dentro da própria instituição, gerando um sentimento de frustração e desconfiança entre os policiais, que percebem a politização como uma forma de minar sua atuação profissional (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Portanto, a desvalorização do policial militar é um fenômeno que decorre de uma combinação de influências históricas, culturais, políticas e sociais. A reversão desse quadro exige uma mudança significativa nas condições de trabalho desses profissionais, o que inclui políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura, aumento da remuneração e, principalmente, suporte à saúde mental. Além disso, é essencial que haja um esforço conjunto entre o governo, a sociedade e a mídia para reconstituir a imagem do policial militar, reconhecendo a importância de seu papel na manutenção da ordem e da segurança pública (CARVALHO; PORTO; SOUSA, 2020).

A desmotivação no ambiente de trabalho é um problema amplamente discutido em diversas profissões, mas ganha uma relevância especial no caso dos policiais militares, devido à natureza única de suas funções. O ambiente de trabalho policial militar é caracterizado por um alto nível de estresse, riscos constantes e pressões psicológicas, que afetam diretamente o bem-estar dos profissionais e,



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

consequentemente, a qualidade do serviço prestado à sociedade. A desmotivação entre os policiais militares é influenciada por uma série de fatores, que vão desde questões econômicas até as condições adversas de trabalho, passando por pressões sociais e psicológicas (ANDRADE, 2017).

O fator econômico é um dos principais elementos que contribuem para a desmotivação dos policiais militares. A falta de reajustes salariais e a ausência de políticas de bonificação adequadas criam um cenário de frustração e insatisfação. Muitos policiais, diante da dificuldade de sustentar suas famílias com os salários que recebem, acabam recorrendo a outras atividades remuneradas para complementar sua renda. Isso gera um impacto direto na produtividade e no comprometimento desses profissionais com suas funções, já que a preocupação com questões financeiras afeta diretamente seu desempenho no trabalho (ANDRADE, 2017). O descompasso entre as expectativas salariais e a realidade da carreira policial também contribui para a rotatividade de profissionais qualificados, que abandonam a carreira em busca de melhores oportunidades financeiras.

Além disso, as condições de trabalho precárias são outro fator que impacta negativamente a motivação dos policiais militares. A exposição constante a situações de risco, o desgaste físico e emocional e a falta de infraestrutura adequada para o desempenho das atividades são questões amplamente relatadas por policiais de diferentes estados brasileiros.

Em muitas regiões, os policiais militares trabalham em delegacias e bases operacionais sem o mínimo de estrutura, o que agrava o sentimento de desvalorização e impotência frente às suas responsabilidades (CARVALHO; PORTO; SOUSA, 2020). As jornadas exaustivas de trabalho, muitas vezes sem o devido descanso, somadas à falta de apoio psicológico e social, contribuem para o aumento do estresse e da sensação de desamparo entre os policiais, gerando um ciclo de desmotivação que afeta diretamente a qualidade do serviço prestado.

A sobrecarga de trabalho também exerce uma influência significativa sobre a motivação dos policiais. O aumento da criminalidade em diversas regiões do país tem gerado uma demanda crescente por policiamento, o que frequentemente resulta em jornadas de trabalho extensas e escalas pouco flexíveis. Essa sobrecarga de trabalho não apenas afeta a qualidade de vida dos policiais, mas também compromete sua capacidade de tomar decisões eficazes sob pressão (SANTOS; NUNES; LIMA; MADURO; ARAÚJO; SILVA; TEIXEIRA; CUNHA; SIMONETTI; BITTENCOURT, 2023).

Nessa esteira de raciocínio, o estresse crônico a que esses profissionais estão submetidos, associado à falta de descanso adequado, leva muitos policiais a desenvolver problemas de saúde mental, como a síndrome de burnout, ansiedade e depressão, o que afeta diretamente a sua produtividade e motivação no trabalho.

A falta de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de incentivos financeiros também afeta a motivação dos policiais. A ausência de uma valorização salarial adequada, combinada com a falta de perspectiva de crescimento na carreira, faz com que muitos

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

policiais se sintam desmotivados e insatisfeitos com sua escolha profissional. Esse sentimento de desvalorização não só afeta a motivação dos policiais que permanecem na corporação, mas também contribui para o aumento da rotatividade de profissionais, o que compromete a continuidade do serviço prestado e a retenção de experiência acumulada dentro das corporações (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Os policiais militares estão inseridos em um contexto de extrema pressão social, tanto por parte da sociedade quanto de suas próprias famílias. A cobrança por resultados no combate à criminalidade, aliada às dificuldades do trabalho diário, cria um ambiente de alta demanda psicológica.

Outrossim, a desvalorização percebida pelos policiais em relação à sua profissão intensifica o desgaste emocional e contribui para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, como a síndrome de burnout, transtornos de estresse pós-traumático e depressão (SILVA; ALVES, 2014). Essas condições não apenas afetam o bem-estar individual dos policiais, mas também comprometem a qualidade do serviço prestado à população, uma vez que policiais desmotivados tendem a adotar posturas apáticas ou negligentes no exercício de suas funções.

Outro fator psicológico importante na desmotivação dos policiais militares é o fenômeno conhecido como "ciclo de desilusão". Muitos policiais ingressam na carreira com uma visão idealizada do serviço público, esperando ser reconhecidos e valorizados por seu trabalho em prol da sociedade. No entanto, a realidade do dia a dia, marcada pela falta de apoio institucional, pelas condições precárias de trabalho e pela constante pressão social, leva muitos policiais a se desiludirem com a profissão. Esse ciclo de desilusão, combinado com a falta de reconhecimento e incentivo, resulta na perda de motivação e no desenvolvimento de uma visão negativa sobre o próprio trabalho (SILVA; BUENO, 2022).

As redes sociais também têm exercido um papel importante na ampliação do escrutínio público sobre as ações policiais. Com a popularização de vídeos e transmissões ao vivo de intervenções policiais, a atuação dos policiais militares tem se tornado cada vez mais visível e, muitas vezes, julgada de forma imediata e descontextualizada. Essa constante exposição cria um ambiente de julgamento permanente, o que aumenta a pressão sobre os policiais e afeta negativamente sua motivação e autoestima (ANDRADE, 2017).

A convivência diária com a violência também gera impactos emocionais duradouros nos policiais militares. Aqueles que atuam em áreas de alto risco frequentemente desenvolvem uma espécie de insensibilidade emocional como forma de lidar com o estresse e o medo constante. Embora essa estratégia de defesa psicológica possa ajudar os policiais a enfrentarem os desafios imediatos de sua profissão, ela também pode evoluir para um distanciamento emocional mais amplo, resultando em apatia e desmotivação no cumprimento de suas obrigações (ANDRADE, 2017). Esse

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

distanciamento não só afeta o desempenho profissional dos policiais, mas também compromete a relação entre a polícia e a comunidade, agravando o ciclo de desconfiança mútua.

### 2.3 Políticas Públicas para Valorização do Policial Militar

A profissão de policial militar é intrinsecamente associada à manutenção da ordem pública, proteção dos cidadãos e promoção da segurança nas comunidades. O trabalho desses profissionais envolve não apenas a prevenção de crimes, mas também a atuação direta em situações de risco, onde suas vidas estão constantemente em perigo. Nesse contexto, a valorização desse profissional é de suma importância para garantir o bom desempenho das funções que lhes são atribuídas. No entanto, a valorização do policial militar, tanto no Brasil quanto em outros países, tem sido um tema negligenciado nas políticas públicas, o que se reflete em uma série de problemas relacionados à remuneração, condições de trabalho e reconhecimento profissional (SILVA, 2007).

Uma das principais questões que causam insatisfação entre os policiais militares é a disparidade salarial em comparação com outras profissões que apresentam responsabilidades e riscos similares. A profissão de policial militar exige um compromisso integral, tanto físico quanto emocional, mas frequentemente a remuneração não reflete a magnitude dessas exigências. As políticas públicas que propõem ajustes salariais periódicos e a implementação de um plano de carreira justo são consideradas fundamentais para manter esses profissionais motivados e comprometidos com suas funções. Além disso, a valorização salarial está diretamente ligada à percepção de justiça no trabalho, proporcionando o reconhecimento adequado do esforço e risco envolvidos, o que, por sua vez, influencia positivamente a qualidade do serviço prestado à sociedade (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

A Polícia Militar desempenha um papel essencial na preservação da ordem pública, na proteção dos direitos dos cidadãos e na promoção da paz social. Entretanto, os desafios enfrentados por esses profissionais são muitos e incluem condições de trabalho precárias, desgaste físico e mental constante, além da carência de uma política salarial que seja capaz de valorizar adequadamente o esforço diário e o risco inerente à profissão. No atual cenário, a implementação de melhorias salariais, juntamente com um plano de carreira eficiente e bem estruturado, revela-se crucial não apenas para garantir a motivação e o engajamento desses profissionais, mas também para assegurar a prestação de um serviço de segurança pública de alta qualidade à população (SILVA, 2007).

É amplamente reconhecido que a valorização salarial constitui um dos fatores mais importantes na motivação de qualquer profissional, sendo especialmente relevante no caso dos policiais militares, que arriscam suas vidas em suas atividades diárias. Os salários baixos, bem como as discrepâncias salariais entre diferentes estados e patentes, desestimulam esses profissionais, frequentemente levando-os a buscar atividades paralelas para complementar a renda.

Esse cenário pode comprometer o desempenho no serviço policial, já que o policial muitas

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

vezes não pode dedicar toda a sua energia e foco à sua função principal. Portanto, uma política salarial justa não apenas amplia o poder aquisitivo do policial militar, mas também promove a dignidade no exercício da função, elevando sua autoestima e fortalecendo seu compromisso com a segurança pública (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Outro ponto central para a valorização do policial militar é o plano de carreira, que deve ser visto como uma ferramenta essencial para garantir a motivação e o desenvolvimento profissional ao longo de sua trajetória. Um modelo de progressão estruturado e meritocrático oferece ao profissional uma perspectiva clara de crescimento, o que ajuda a evitar a estagnação e a consequente desmotivação que pode ocorrer em instituições onde não há oportunidades de ascensão.

[Com efeito, a falta de um plano de carreira bem definido, com critérios justos e objetivos claros, resulta em insatisfação e estagnação, o que impacta diretamente na motivação e na eficiência do serviço prestado à sociedade. Além disso, a promoção por antiguidade e merecimento deve ser um ponto-chave nas reformas de planos de carreira, evitando-se privilégios políticos ou de outras naturezas que desrespeitem o esforço e o mérito individual (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

O reconhecimento por meio de promoções e recompensas é apontado como um fator que pode contribuir significativamente para a redução do estresse ocupacional e para a melhora da qualidade de vida dos policiais. Profissionais que se sentem valorizados e que têm perspectivas de crescimento tendem a ser mais comprometidos com o trabalho, o que se traduz em uma maior eficiência no combate ao crime e na redução da criminalidade. Desse modo, um policial militar que é bem remunerado e que tem perspectivas de desenvolvimento profissional contínuo é mais inclinado a desempenhar suas funções com maior responsabilidade e eficácia (MINAYO, 2013).

Além da questão salarial e do plano de carreira, é importante considerar também as condições de trabalho como um dos fatores determinantes para a qualidade do serviço prestado pelos policiais militares. Muitas vezes, esses profissionais atuam em ambientes inseguros, sem a devida infraestrutura e sem equipamentos adequados, o que não apenas compromete sua própria segurança, mas também a eficiência das operações.

Nesse sentido, políticas públicas que garantam a disponibilização de equipamentos modernos, viaturas adequadas e infraestrutura de trabalho segura são cruciais para a valorização desses profissionais. A falta de manutenção ou a ausência de locais adequados para o planejamento estratégico e administrativo impacta negativamente a qualidade do serviço prestado à sociedade, além de aumentar os riscos de erro operacional, que podem ter consequências graves para a segurança pública (SILVA, 2007).

Investir em tecnologia e infraestrutura é, portanto, uma medida essencial para aumentar a eficácia das operações policiais e reduzir os riscos enfrentados pelos policiais no cumprimento de

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

suas funções. Com o avanço da tecnologia e o aumento da complexidade das atividades policiais, a necessidade de equipamentos atualizados e de instalações adequadas tornou-se imprescindível para responder de forma rápida e eficaz às demandas sociais (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Destarte, a introdução de drones, câmeras de monitoramento, armamentos mais precisos e sistemas de comunicação mais eficientes, por exemplo, melhora significativamente a capacidade de resposta da polícia em situações críticas e aumenta a segurança dos próprios policiais durante suas operações, viabilizando uma maior eficácia da ação policial no enfrentamento das diferentes ações delitivas.

O uso de tecnologia avançada não apenas melhora a eficiência das operações, mas também contribui para um combate mais efetivo à criminalidade organizada e de alto risco. A ausência desses recursos tecnológicos, por outro lado, pode expor os policiais a maiores perigos e comprometer a eficácia de suas ações. Portanto, a modernização dos equipamentos e a atualização tecnológica contínua devem ser vistas como estratégias prioritárias para o fortalecimento das forças policiais (ARAÚJO; ZULLO; TORRES, 2020).

No entanto, os investimentos em infraestrutura e em equipamentos não devem ser encarados como ações pontuais. O planejamento a longo prazo, com previsão de constantes atualizações e manutenções, é fundamental para que a Polícia Militar mantenha sua capacidade operacional em um nível elevado. Além disso, o treinamento contínuo dos policiais para o uso de novas tecnologias é essencial para que esses profissionais estejam sempre preparados para lidar com os desafios modernos da segurança pública.

O trabalho policial é notoriamente reconhecido como uma das profissões mais estressantes e desgastantes, tanto física quanto psicologicamente. A constante exposição ao risco, as jornadas de trabalho extenuantes e o contato diário com situações de violência e tensão impactam diretamente a saúde mental dos policiais militares. Políticas públicas voltadas para o suporte psicológico e para a promoção da saúde mental desses profissionais podem fazer uma diferença significativa na valorização e no bem-estar dos policiais (MINAYO; SOUZA; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Estudos indicam que os policiais militares enfrentam níveis elevados de estresse e pressão em suas atividades diárias, o que pode resultar em distúrbios psicológicos como ansiedade, depressão e burnout. Esses problemas não afetam apenas o desempenho profissional, mas também têm reflexos na vida pessoal desses indivíduos, comprometendo sua qualidade de vida. O ambiente de trabalho desses profissionais é caracterizado por situações de alta tensão e constante exposição ao perigo, fatores que contribuem para o aumento de distúrbios psicológicos (SILVA; ALVES, 2014).

O apoio psicológico oferecido aos policiais militares, por meio de programas de assistência psicossocial e terapias ocupacionais, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para reduzir o impacto



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

do estresse crônico. A criação de espaços de escuta e acolhimento dentro das instituições de segurança pública é fundamental para promover a saúde mental dos policiais, oferecendo um ambiente de confiança e apoio contínuo. Esses programas são especialmente importantes para prevenir o esgotamento emocional, que pode prejudicar o desempenho profissional e levar ao afastamento do trabalho (CARVALHO; PORTO; SOUSA, 2020).

A capacitação contínua do policial militar é um dos pilares fundamentais para garantir uma atuação eficiente e alinhada às demandas da sociedade moderna. O avanço da tecnologia e a globalização trouxeram novas demandas ao campo da segurança pública, o que torna indispensável que os agentes sejam constantemente treinados e capacitados para o uso de tecnologias de ponta, como drones, sistemas de reconhecimento facial e big data (ARAÚJO; ZULLO; TORRES, 2020).

Esses novos recursos tecnológicos exigem uma qualificação técnica específica, que deve ser oferecida de maneira contínua para garantir que os policiais estejam preparados para enfrentar os desafios da criminalidade contemporânea. Assim, as instituições policiais precisam investir em programas de treinamento que incluam essas novas ferramentas e métodos.

Por derradeiro, vale acrescentar que, além da capacitação técnica, a formação do policial militar deve incluir também aspectos éticos e sociais.

A atuação policial em uma sociedade democrática demanda respeito aos direitos humanos e cidadania, o que implica que a educação desses profissionais deve se fundamentar no respeito aos direitos civis e na proteção dos cidadãos. A inclusão de disciplinas voltadas para a ética, direitos humanos e cidadania é essencial para a construção de uma cultura institucional mais humana e comprometida com os princípios democráticos (CAIADO; LAPLANE; 2009).

### 3. Material e Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, selecionada por sua adequação ao objetivo de analisar as políticas públicas de valorização do policial militar no Estado do Amazonas. A abordagem bibliográfica permitiu reunir, examinar e sistematizar produções acadêmicas relevantes sobre políticas públicas, gestão da segurança, valorização profissional e condições de trabalho de policiais. Foram consultados livros, artigos científicos, legislações, relatórios institucionais e publicações técnicas, possibilitando a construção de um referencial teórico consistente sobre o tema, conforme orientam Oliveira e Sousa (2017).

A pesquisa documental complementou essa análise por meio da consulta a documentos oficiais, como leis, decretos, relatórios governamentais, normas internas da Polícia Militar do Amazonas, estudos institucionais e bases de dados estatísticos. Esse material possibilitou observar como as políticas de valorização são formuladas, implementadas e registradas no contexto amazônico. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, a análise documental permitiu o contato direto

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

com dados primários, favorecendo maior aproximação empírica com a realidade investigada, conforme propõem Dias e Matos (2015).

A análise dos materiais seguiu uma abordagem qualitativa, com leitura crítica, sistematização temática e comparação entre diferentes fontes. O método adotado buscou identificar recorrências, lacunas, convergências teóricas e evidências empíricas relacionadas às condições de trabalho, capacitação, saúde mental, remuneração e reconhecimento profissional dos policiais militares do Amazonas.

A organização das informações ocorreu em três eixos, correspondentes às categorias previamente definida no curso do presente ensaio acadêmico: aspectos gerais das políticas públicas, fatores que influenciam a desvalorização e ações de valorização profissional. Essa estratégia metodológica possibilitou compreender o fenômeno estudado de forma integrada, permitindo análises sustentadas em bases científicas, dados institucionais e referenciais consolidados da literatura especializada.

#### **4. Resultados e Discussão**

Os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental evidenciam que a valorização do policial militar no Estado do Amazonas é influenciada por um conjunto amplo de fatores estruturais, históricos, organizacionais e psicológicos. Ao analisar as políticas públicas voltadas ao setor, observou-se que, embora existam iniciativas pontuais de reconhecimento profissional, ainda predomina um cenário marcado por desafios persistentes que afetam diretamente o desempenho, a motivação e o bem-estar desses profissionais.

Um dos principais resultados diz respeito à influência histórica das políticas de segurança brasileiras. A literatura aponta que a formação das forças policiais ocorreu sob forte caráter repressivo, especialmente durante o período colonial e a ditadura militar, o que contribuiu para a construção de um estigma negativo associado à profissão (DIAS; MATOS, 2015). Esses legados influenciam até hoje a percepção social sobre a polícia militar, dificultando o reconhecimento institucional e contribuindo para a desvalorização da imagem profissional.

Outro achado relevante refere-se às condições de trabalho enfrentadas pelos policiais militares no Amazonas. A análise documental revelou precariedades relacionadas à infraestrutura, remuneração, jornada de trabalho exaustiva e falta de equipamentos adequados, aspectos amplamente discutidos por Minayo, Souza e Constantino (2008) e por Silva (2007). A insuficiência de suporte psicológico e o aumento de casos de adoecimento mental, como burnout e estresse pós-traumático, reforçam a necessidade de políticas públicas mais abrangentes voltadas à saúde mental do policial.

O estudo também mostra que fatores socioeconômicos e geográficos intensificam os desafios enfrentados no contexto amazônico. A vastidão territorial, as áreas de difícil acesso e a presença de

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

fronteiras permeáveis aumentam as demandas sobre o efetivo e exigem uma atuação altamente especializada. Nesse sentido, as políticas de capacitação contínua aparecem como elemento central para o desempenho operacional, sendo apontadas como indispensáveis para o desenvolvimento técnico e emocional do policial militar (OLIVEIRA; SOUSA, 2017).

No que se refere às iniciativas de valorização, observou-se que medidas como melhoria salarial, implementação de planos de carreira, modernização tecnológica e fortalecimento da relação polícia–comunidade são amplamente reconhecidas pela literatura como estratégias eficazes. No entanto, a análise dos documentos institucionais aponta que essas ações, embora presentes em alguns programas, ainda carecem de sistematização, continuidade e investimentos consistentes no Estado do Amazonas.

Os resultados indicam ainda que o reconhecimento social e institucional exerce forte impacto sobre a motivação dos policiais. A exposição midiática, muitas vezes marcada por críticas descontextualizadas, fragiliza a autoestima profissional e intensifica o “ciclo de desilusão” mencionado por Andrade (2017). Por outro lado, práticas de valorização simbólica — como premiações, elogios, capacitações e políticas de aproximação comunitária — demonstram potencial para melhorar significativamente o clima organizacional e o compromisso ético do efetivo.

Em síntese, os resultados demonstram que a valorização do policial militar depende de ações integradas que articulem aspectos salariais, estruturais, psicológicos, organizacionais e tecnológicos. A discussão evidencia que avanços significativos só serão alcançados por meio da adoção de políticas públicas contínuas, baseadas em diagnóstico realista da profissão e alinhadas às especificidades do Amazonas.

## **Considerações Finais**

Os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental demonstram que a valorização do policial militar no Estado do Amazonas depende de um conjunto integrado de políticas públicas que articulem aspectos estruturais, profissionais, psicológicos e organizacionais. A análise evidenciou que a atuação policial é marcada por desafios históricos, estruturais e operacionais que interferem diretamente no bem-estar, na motivação e na eficiência do trabalho desses profissionais.

Nessa linha, verificou-se que fatores como precariedade da infraestrutura, remuneração insuficiente, falta de suporte psicossocial, jornadas exaustivas e exposição constante à violência compõem um cenário que contribui para a desvalorização e para o adoecimento físico e mental do efetivo. Tais condições impactam não apenas o cotidiano dos policiais, mas também a qualidade do serviço prestado à sociedade, reforçando a necessidade de políticas públicas abrangentes e consistentes.

De igual maneira, observou-se que ações voltadas à valorização — como a capacitação

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

continua, a modernização tecnológica, a melhoria salarial, os planos de carreira estruturados e os programas de saúde mental — apresentam potencial significativo para fortalecer a motivação, melhorar o clima organizacional e elevar a eficiência operacional da Polícia Militar. Essas iniciativas também contribuem para um relacionamento mais positivo entre a corporação e a comunidade, favorecendo a construção de uma imagem institucional mais alinhada aos princípios democráticos e ao respeito aos direitos humanos.

Toda a construção analítica desenvolvida permite depreender que a valorização do policial militar no Amazonas deve ser tratada como prioridade estratégica no âmbito das políticas de segurança pública. O investimento contínuo no bem-estar, na formação e nas condições de trabalho dos profissionais é fundamental não apenas para aprimorar a atuação policial, mas também para promover uma maior confiança social nas instituições e fortalecer a segurança pública de forma sustentável. Dessa forma, políticas integradas e de longo prazo são indispensáveis para assegurar a dignidade profissional e a eficácia das ações de segurança no estado.

## Referências

ANDRADE, LUCIENE TAVARES BOMFIM. *Alguns aspectos da (des)motivação entre policiais militares praças da PMBA*. Salvador, 2017.

ARAÚJO, N. V.; LIMA, A. *Policiais militares em greve: os significados da ação coletiva*. Revista de Políticas Públicas, 2012.

ARAUJO, VALTER SHUENQUENER DE; ZULLO, BRUNO ALMEIDA; TORRES, MAURÍLIO. *Big data, algoritmos e inteligência artificial na administração pública: reflexões para a sua utilização em um ambiente democrático*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2020.

BADA, MURILO MAFFIOLETTI; OLIVEIRA, MARLON. *Inteligência artificial na segurança pública: o uso do reconhecimento facial para identificação de infratores*. Criciúma: Editora UNESC, 2024.

BARROS, RICARDO PAES DE; MENDONÇA, ROSANE. *Políticas de combate à desigualdade social no Brasil*. Estudos Avançados, v. 28, n. 82, p. 27-51, 2014.

BORTOLUZZI, K. J. *O programa educacional de resistência às drogas e a imagem institucional da Polícia Militar do Espírito Santo*. Revista Foco, 2017.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 1943.

CAIADO, K. R. M.; LAPLANTE, A. L. F. *Programa educação inclusiva: direito à diversidade – uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo*. 2009.

CARVALHO, ROLIM DE; PORTO, R. M.; SOUSA, M. N. A. *Sofrimento psíquico, fatores precipitantes e dificuldades no enfrentamento da síndrome de burnout em policiais militares*. Brazilian Journal of Health Review, 2020.



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 12/12/2025 | aceito: 14/12/2025 | publicação: 16/12/2025**

CARVALHO, C. D. F. DE; AGUIAR, R. B.; FEIJÃO, G. M. M.; CAVALCANTE, A. C. S. *A preparação para a reserva: a aposentadoria dos militares do Corpo de Bombeiros*. Perspectivas em Psicologia, 2018.

CRUZ, TÉRCIA MARIA FERREIRA DA. *Mídia e segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência*. Juiz de Fora: Lumina, 2008.

DIAS, REINALDO; MATOS, FERNANDA. *Introdução às políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2015.

JÚNIOR, JOSÉ MAURICIO CAVALCANTI DA SILVA. *A polícia militar e a sociedade midiática: desafios e implicações*. São Paulo: Editora Revista FT Ltda., 2024.

MELO, C. D. F.; AGUIAR, R. B.; FEIJÃO, G. M. M.; CAVALCANTE, A. C. S. *A preparação para a reserva: a aposentadoria dos militares do Corpo de Bombeiros*. Perspectivas em Psicologia, 2018.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. *Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro*. 2013.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA; SOUZA, EDINILSA RAMOS DE; CONSTANTINO, PATRÍCIA. *Condições de trabalho dos policiais militares*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. *Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

OLIVEIRA, GERSON BARBOSA; SOUSA, SÔNIA MARIA MOREIRA DE. *A importância da capacitação continuada para o desenvolvimento e determinação das competências dos policiais militares do Estado do Tocantins*. Revista Humanidades e Inovação, v. 4, n. 2, 2017.

SANTOS, RÔMULO BOTELHO DOS et al. *A humanização da carga horária de trabalho do policial militar do Amazonas*. SEVEN Publicações Acadêmicas, 2023.

SECCHI, LEONARDO. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, 2017.

SILVA, ANTONIO MARCOS DE SOUSA. *A política de segurança pública no contexto da globalização: a precarização do trabalho policial*. Maranhão, 2007.

SILVA, L. G.; ALVES, S. C. *A atuação da psicologia nos programas de preparação para aposentadoria*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 2014.

SILVA, MARCO ANTONIO DA; BUENO, HELEN PAOLA VIEIRA. *O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção*. Curitiba: Associação Praças-PR, 2022.

SOARES, D. H.; COSTA, A. B.; ROSA, A.; OLIVEIRA, M. L. W. *Aposenta-ção: programa de preparação para aposentadoria*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 2007.

SOUZA, CELINA. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.



